

RESENHAS

A FÁBRICA COMO AGÊNCIA EDUCATIVA¹

THE FACTORY AS AN EDUCATIONAL AGENCY

Felipe Luiz Gomes e SILVA² (autor)

Mauro SALA³

Mesmo com tiragem restritiva, com 300 exemplares na primeira edição, estamos certamente diante de um grande livro, desses que podem tornar-se um ponto de inflexão na trajetória crítica e intelectual daqueles que o lêem. Essa possibilidade não se dá apenas devido às suas conclusões, e talvez nem principalmente devido a elas, mas, sobretudo, por sua sensibilidade metodológica, que busca a resistência da classe operária contra a opressão do capital e do processo de trabalho em suas mais variadas formas, não as reduzindo às lutas organizadas, mas também buscando o significado dessa resistência nas formas, por assim dizer, espontâneas de recusa, - como o absentismo, a alta rotatividade, os boicotes, as práticas restritivas, as *freagens* da produção, as greves selvagens -, e não apenas nas lutas dos sindicatos organizados e dos partidos operários que, certamente, também não são desprezadas pelo autor.

Com isso não pretendemos dizer que há uma dissociação entre o método de investigação e as conclusões à que chega o professor e pesquisador Felipe Luiz Gomes e Silva em seu livro sobre a organização da produção taylorista-fordista e seu desdobramento no modelo japonês; mas apenas arriscamo-nos a dizer que, embora rigoroso na formulação do argumento, algumas colocações mais contundentes, que assumem o peso de conclusões, apresentam a estrutura fundamental do próprio objeto de pesquisa, que para todos os efeitos permanece contraditório.

¹ SILVA, L. F. G. A fábrica como agência educativa. Araraquara: Laboratório Editorial da FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.

² O autor graduou-se em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Pernambuco (1970); realizou o mestrado em Administração de Empresas na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (1975) e o doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000). Membro do Grupo de Pesquisa em História Econômica e Social Contemporânea – GPHEC, da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Professor Assistente Doutor aposentado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Campus de Araraquara.

³ Possui bacharelado (2006) e licenciatura (2009) em Ciências Sociais e mestrado em Educação Escolar (2009) pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista -UNESP, Campus de Araraquara. Professor de Sociologia na Escola Estadual escritora Rachel de Queiroz, Campinas, São Paulo, Brasil. e-mail - mauro_sala1@yahoo.com.br

Partindo das contribuições de Simone Weil, Antonio Gramsci, Alain Touraine e Harry Braverman, entre outros, o autor formula sua primeira tese fundamental: a de que existe uma grande diferença entre a objetivação do processo de trabalho – cientificação da produção – e a racionalização taylorista-fordista da produção, o que significa dizer que esse modo de organização específico não pode ser entendido como tendo o mesmo estatuto teórico da maquinaria. Numa formulação polêmica: o taylorismo-fordismo não completaria o processo de subsunção real do trabalho ao capital. As inovações implementadas por Taylor e Ford no processo produtivo não teriam seu significado principal no avanço técnico das forças produtivas e no incremento da maquinaria, mas sim na intensificação da exploração do trabalho vivo pela aceleração do ritmo da produção, ou seja, elas, em sentido rigoroso, não podem ser identificadas com automação. Para o autor, “[...] a automação representa o sistema técnico de trabalho desembaraçado das formas decompostas do sistema profissional, ou seja, significa a superação do trabalho fragmentado e não seu aprofundamento” (p. 44-45), enquanto o taylorismo-fordismo representa a racionalização para organizar e gerenciar a “intensificação do uso do trabalho vivo” (p. 40).

Aponta o autor que a especificidade desta forma de controle do capital sobre o trabalho é que a “subordinação técnica” passa pela “gestão da vontade humana” (p. 31), ou seja, como a subjetividade do trabalhador não pode deixar de se manifestar no processo produtivo o capital busca maneiras de controlá-la. Daí o significado principal do taylorismo-fordismo não se inscrever no avanço das forças produtivas, mas na busca de uma gerência científica das relações de produção para aumento da produtividade capitalista e extração da mais-valia.

Assim, podemos apresentar o que seria sua segunda tese fundamental: que o toyotismo não representa uma ruptura frente ao taylorismo e ao fordismo, colocando-se também no campo das inovações administrativas da gestão da subjetividade da classe trabalhadora, no incremento das técnicas de controle social. Nele o significado maior não pode ser atribuído à incorporação de novas tecnologias, a um progresso técnico no sentido da automação, mas deve ser buscado, sobretudo, no incremento das formas de gestão da força de trabalho.

Se a grande inovação nas técnicas de controle social introduzida pelo taylorismo foi a gerência científica dos movimentos e o controle sobre o trabalhador, a ponto de buscar transformá-lo num “gorila amestrado” (expressão de Gramsci), e pelo fordismo a esteira transportadora, além do dia de oito horas e cinco dólares para seus trabalhadores, o grande avanço gerencial do toyotismo seria a redução dos estoques amortecedores (o *just-in-time*), o sistema *Kanban*, além das formas diretas de cooptação da classe trabalhadora como o emprego vitalício no núcleo da produção que, no entanto, implica precarização dos setores periféricos.

A impossibilidade de transformar o homem em máquina também se manifesta sob o modelo japonês, e segue sendo fator permanente de crise que o capital busca contornar. Pois se as mudanças organizacionais acontecem não somente incorporando novas tecnologias (não apenas no sentido estrito da automação), mas também intensificando o esforço

do trabalhador direto, o trabalho repetitivo permanece, podendo ser tanto o espaço da brutalização e do sofrimento do trabalhador como de sua resistência. Não é apenas o ritmo da maquinaria que determina o ritmo do trabalho. Sendo o trabalho humano direto fator fundamental do processo produtivo, e não podendo esse trabalho, mesmo em suas formas mais desumanizadas, ser realizado sem a intervenção da subjetividade do trabalhador, o ritmo da produção de mercadorias também deve ser garantido por um controle direto da vontade humana, por “inovações administrativas”.

Com isso o autor não pretende negar os avanços técnicos que ocorreram na produção, nem o caráter desigual de seus diversos ramos e suas especificidades. Ele está apenas afirmando que nem a produção prescinde do trabalho direto, nem este se tornou um simples dado técnico dirigido pela objetivação do próprio trabalho. A contradição entre o capital e o trabalho não aparece apenas como processo auto contraditório de substituição do trabalho vivo por trabalho morto, em que este dominaria aquele, mas também como luta de classes.

Daí decorre a necessária contradição nas conclusões apresentadas na obra. Não há uma contradição fruto de falta de rigor ou de método de pesquisa, mas uma contradição imanente ao próprio objeto de pesquisa sobre o qual o autor se debruça.

A tese de fundo que sustentam suas conclusões é a de que as próprias relações de produção de mercadorias, fundadas na propriedade privada dos meios de produção e na divisão social e hierárquica do trabalho, obstaculizam o desenvolvimento consequente das forças produtivas; que as relações capitalistas de produção tornam-se demasiadas estreitas para realizar as possibilidades geradas em seu próprio desenvolvimento histórico.

O que está posto é o entendimento de possibilidades não realizadas em sua dinâmica; a emancipação humana como possibilidade e necessidade concretas num estágio de reificação que busca perpetuar-se.

Daí não haver apenas uma contradição aparente entre se afirmar que a mudança organizacional do toyotismo acontece sem incorporar novas tecnologias, sem o progresso técnico no sentido da automação porque ela “[...] não transfere, por meio da aplicação tecnológica da ciência, os movimentos e gestos humanos para as engrenagens das máquinas” (p. 239); e mesmo assim dizer “[...] o progresso científico e tecnológico neste século colocou o ser humano diante de condições objetivas que deixam claro, como nunca, a possibilidade concreta da superação do ‘reino da necessidade’, a superação do constrangimento de trabalhar por exploração”. (p. 121) Assim, o autor insiste “[...] na crença de que estão presentes as condições objetivas para a superação do mundo da mercadoria e emancipação humana” (p. 122).

A contradição é mais profunda e pede uma solução que não pode ser obtida satisfatoriamente como uma resposta puramente teórica de um intelectual-pesquisador, por mais crítico e competente que este seja: deve ser uma resposta prática dada por uma geração. Para o autor, a superação da divisão social do trabalho exige que o processo de automação

se desenvolva, possibilidade que ele acredita encontrar no avanço da microeletrônica. Mas, completa o autor, “[...] é claro, também, que esse passo histórico deverá ser o resultado de processo de lutas sociais, lutas que construam uma nova sociabilidade, pois não acreditamos que o progresso técnico, por si só, promova a superação da divisão do trabalho intelectual e manual” (p. 51).

Assim, a contradição entre o desenvolvimento efetivo e as possibilidades objetivas que repousam em seu seio só pode ser superada pela própria superação das contradições que a estabelece. A “possibilidade concreta da superação do ‘reino da necessidade’” só pode deixar de ser uma possibilidade para se tornar movimento do real se revolucionarem-se as condições prático-materiais que sustentam o “constrangimento de trabalhar por exploração”, ou seja, abolindo a propriedade privada dos meios de produção, transformando-os radicalmente.

O autor sabe disso e não tergiversa sobre o assunto. Mas o faz sem silenciar as contradições do processo que analisa e das conclusões que tira a respeito, e as reconhece, pois são nelas que repousam as possibilidades. Ao escrever sobre o processo de aperfeiçoamento da gestão da vontade humana tentada pelo capital, o autor também versa sobre a possibilidade de resistência do trabalhador, que jamais pode ser totalmente incorporado ao processo de valorização do capital e da produção de mercadorias, pois a cada momento ele irá, nem sempre de forma consciente e organizada, revoltar-se contra esse processo. Uma sociedade cujas contradições fundamentais permanecem inalteradas, também não pode ser totalmente integrada pela consciência. O autor sabe disso e capta essa contradição justamente nos espaços em que o capital busca silenciá-la. Ele não, pois faz-la emergir como possibilidade e reconhece que, segundo uma frase justa, “a contradição é o próprio nervo da vida”.